

# «O MEU PAÍS MORREU»: NARRATIVAS DE EXÍLIO À DIREITA (1974-1976)

BRUNO MADEIRA\*

**Resumo:** A Revolução de 25 de Abril de 1974 significou, no plano político-ideológico, uma marginalização da Direita radical que suportara o regime deposto. Por vicissitudes várias, muitos direitistas viram-se obrigados a abandonar o país e a viver, temporariamente, no exterior. A Direita radical criou, nos seus órgãos de imprensa, uma narrativa que apresentava estes homens, independentemente da razão que os havia levado a abandonar ou a não regressar a Portugal, como exilados políticos. Elaborou um discurso em que acusou a Democracia de ter promovido actos de censura, prisões arbitrárias e perseguições que teriam sido até em maior número e gravidade do que aquelas que se registaram durante todo o Estado Novo. Neste texto, discutimos os aspectos essenciais deste discurso e os objectivos que com ele a Direita radical pretendeu atingir, a forma como ele traduziu a visão direitista acerca do colonialismo português e as diferenças entre os vários grupos e situações que pretendeu acobertar sob uma mesma designação. E, à luz da consideração de todos esses elementos, concluir acerca da validade da atribuição da condição de exilados políticos aos militantes da Direita radical.

**Palavras-chave:** Direita radical; Exílio; 25 de Abril; Discurso direitista.

**Abstract:** The Portuguese carnage revolution (1974) meant, on the political-ideological level, a marginalization of the Radical Right that had supported the deposed regime.

Due to various reasons, many rightists were forced to leave the country and to live, temporarily, abroad. The Radical Right created in its press organs a narrative that presented these men, regardless of the reason that had led them to abandon Portugal or not to return, as political exiles. Rightists presented a speech in which they accused Democracy of having promoted acts of censorship, arbitrary arrests and persecutions that would have been even in greater number and seriousness than those that occurred throughout the Estado Novo. We outline in this article a reflection about the essential aspects of this discourse and the purposes that the radical right aimed to achieve with it, how it translated the right-wing view of Portuguese colonialism, and the differences between the various groups and situations that it intended to cover under the same designation. And in the light of the consideration of all these elements, we conclude about the validity of the attribution of the condition of political exiles to the militants of the Radical Right.

**Keywords:** Radical right; Exile; Carnage Revolution; Right-wing speech.

## INTRODUÇÃO

A Revolução de 25 de Abril de 1974 pôs fim a uma ditadura das Direitas de cunho fascizante. Superado um momento de indefinição político-ideológica relativamente ao rumo a seguir, o processo revolucionário tendente à construção de uma sociedade socialista em Portugal intensificou-se gradualmente a partir de três momentos: i) a demissão de Adelino da Palma Carlos da chefia do I Governo Provisório e respectiva dissolução

---

\* CITCEM/FLUP. Professor convidado no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho e na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Investigador do CITCEM. O autor não segue o Acordo Ortográfico de 1990.

do mesmo (11 de Julho de 1974) e a entrada em funções do II Governo Provisório, liderado por Vasco Gonçalves (17 de Julho de 1974); ii) a derrota do golpe de Estado orquestrado pelas forças spinolistas e contra-revolucionárias em 28 de Setembro de 1974; iii) o falhanço de novo golpe da mesma coligação político-militar em 11 de Março de 1975.

Sobretudo a partir do 11 de Março e do aceleramento do processo revolucionário, com a nacionalização da banca e dos seguros e com a colectivização dos latifúndios, os movimentos sociais e laborais tornam-se mais interventivos e a tensão social e política acentua-se, assim como se radicaliza a ofensiva das forças não-marxistas e antimarxistas contra essas medidas revolucionárias — um fenómeno de bipolarização política crescente<sup>1</sup>. Simultaneamente, uma das consequências do golpe de 28 de Setembro foi a ilegalização dos partidos que as Direitas radicais haviam formado depois da Revolução e a ordem de prisão a muitos dos seus líderes e militantes. Assim, muitos foram os que, fugindo de um mandado de captura das autoridades militares e judiciais, se evadiram para o estrangeiro e que, a partir de aí, empreenderam uma reorganização, uma aproximação às forças não-marxistas que, legais, enfrentavam o ascendente comunista e esquerdista em Portugal, e uma preparação e execução de um plano de acção clandestina no país. Esta fuga e a consequente permanência no estrangeiro foram amiúde descritas pelos direitistas, sobretudo a partir de 1976, como os tempos das perseguições, das prisões infundadas, dos maus-tratos físicos e do exílio. No fundo, ungiendo-se dos mais esforçados lutadores contra o «terror gonçalvista» e os que enfrentaram as mais duras represálias em função do seu comprometimento com esse combate político que, em última análise e na sua narrativa, correspondia à luta pela salvação do Portugal independente e fiel às suas tradições e valores históricos, os militantes das Direitas radicais procuraram criar em seu torno uma aura de presos e de exilados políticos<sup>2</sup>.

É justamente o conjunto das narrativas, das representações e dos objectivos que a Extrema-Direita deu à estampa que procuraremos discutir sinteticamente neste artigo. Embora as fontes apresentadas sejam maioritariamente posteriores ao 25 de Novembro de 1975 — que apeou as forças comunistas e esquerdistas da direcção das estruturas do poder executivo e militar e que se saldou numa vitória do bloco antimarxista —, referem-se, essencialmente, ao período que vai de 28 de Setembro de 1974 até ao início de 1976, quando a situação política permitiu o regresso paulatino dos direitistas a Portugal, assim como a sua reorganização e o lançamento de novas iniciativas editoriais desse campo político.

---

<sup>1</sup> CERQUEIRA, 2015; CHILCOTE, 2014; MAILER, 2018; PALACIOS CEREZALES, 2003; VARELA, 2014.

<sup>2</sup> MADEIRA, 2019: 201-301.

## 1. AS DIREITAS RADICAIS PORTUGUESAS

Em Portugal, o pensamento, o discurso e a organização político-associativa das Direitas radicais, sobretudo no período posterior à Revolução de 25 de Abril de 1974, tem sido alvo de pouca atenção por parte da Historiografia. Nesse sentido, o estudo de Riccardo Marchi relativo às experiências partidárias e associativas das Direitas radicais reveste-se da maior importância para o estudo e para a compreensão dessa dimensão do direitismo português<sup>3</sup>. Não pretendendo aqui ser exaustivos sobre a bibliografia existente sobre o tema, remetemos para a nossa investigação<sup>4</sup>.

No caso das Direitas radicais portuguesas, a gênese da sua formação enquanto corrente ideológica estruturada encontra-se na reacção absolutista à Revolução Liberal de 1820. Por conseguinte, os autores direitistas deram provas permanentes de antiliberalismo, de oposição à Monarquia Constitucional, de adesão à causa legitimista e de uma visão essencialista da nacionalidade que, no caso vertente, os levava a concluir pela incompatibilidade entre a identidade e as tradições nacionais e o Liberalismo.

Se o Liberalismo e a Monarquia Constitucional foram alvo da mais dura condenação por parte dos direitistas portugueses, a República, instaurada em 5 de Outubro de 1910, foi-o ainda mais. A este propósito, destacamos a preferência maioritária pelo sistema monárquico, sobretudo o de índole tradicionalista e absolutista. Assim como a rejeição das ideias e das práticas associadas ao liberalismo político, à Democracia, ao parlamentarismo e ao pluralismo partidário e ideológico. Por outro lado, regista-se ainda a defesa de um modelo social marcado pela rigorosa observância das «hierarquias tradicionais», inspirado num municipalismo e num corporativismo de raiz medieval. No fundo, manifestaram uma profunda inclinação para o primado de uma chefia individual, onnipotente, unívoca, carismática, centrípeta e absoluta, idealmente encarnada por um rei, mas não excluindo ou rejeitando a hipótese de um ditador desempenhar essa função.

À Ditadura Militar, instaurada em 1926, valorizaram a capacidade de restituir a ordem nas ruas e nos campos, e, proibindo os partidos, de pôr cobro à constante instabilidade que resultaria, no seu entendimento, do pluralismo democrático. Contudo, por faltar capacidade técnica aos militares para sanear as finanças nacionais e por ser demasiado heterodoxo e conflituoso o bloco que suportava a Ditadura Militar, esta não conseguira construir uma efectiva e duradoura estabilidade político-financeira. Desse modo, não lhe desvalorizando os méritos, entenderam-na, sobretudo, como um preâmbulo ao Estado Novo. Com efeito, as Direitas radicais nunca deixaram de evocar e celebrar o exemplo e o legado de Salazar. A maioria dos autores direitistas do período estudado apresentam-no como um homem providencial e um guia moral e espiritual

---

<sup>3</sup> MARCHI, 2017.

<sup>4</sup> MADEIRA, 2019.

da nação, assim como lhe valorizam a sintonia entre a sua obra e os interesses e os desígnios nacionais. Procurando sublinhar a actualidade da sua obra e do seu exemplo, destacaram-lhe a capacidade de, através da censura, da proibição dos partidos políticos, da perseguição e silenciamento dos opositores políticos, ter conseguido uma estabilidade política e uma paz social duradouras.

No plano das ideias políticas, as Direitas radicais viram-se como sendo herdeiras da tradição contra-revolucionária francesa: defensoras da ordem, da hierarquia, do modelo de organização social e da tradição do Antigo Regime; nacionalistas; protectoras da família enquanto célula base do organismo nacional; reacção natural, orgânica, à inépcia, à corrupção e à desordem causadas pela Esquerda; o natural e o habitual na História; inerentemente diversas e plurais; eminentemente pragmáticas, a-ideológicas e suprapartidárias.

Igualmente estruturantes no pensamento direitista são o pessimismo antropológico, o anti-igualitarismo, o elitismo e a defesa das hierarquias e das leis «naturais». As Direitas radicais defenderam que os homens são inatamente maus e imperfeitos e desiguais nas suas capacidades e aptidões naturais. Por conseguinte, essa diferenciação deve ser reconhecida através de um sistema meritocrático — na formulação direitista, este assemelha-se a um sistema talhado para garantir, antes de mais, a reprodução contínua dos papéis e dos estatutos sociais que cada um herda à nascença. Entenderam igualmente que as políticas igualitaristas pervertem o livre e natural funcionamento do organismo social, impedindo os mais inteligentes de desenvolverem plenamente as suas capacidades e o seu potencial. Assim, a única igualdade universal que se deve reconhecer aos indivíduos é a da sua dignidade perante Deus e a Justiça.

## **2. AS DIREITAS NO CONTEXTO POLÍTICO DO BIÊNIO REVOLUCIONÁRIO DE 1974-1975**

Depois do 25 de Abril de 1974, organizando-se rapidamente em partidos e organizações cívicas, a Direita repartiu-se entre, e para só referir os mais significativos, o Movimento Federalista Português-Partido do Progresso, o Partido Liberal, o Movimento Popular Português, o Partido Trabalhista Democrático Português, o Partido da Democracia Cristã e o Partido Nacionalista Português. Importa realçar a utilização de termos associados ao cristianismo, à democracia, ao trabalhismo e ao progresso nos nomes adoptados. Por essa via, procuravam captar uma base social de apoio que, sem conhecimentos políticos aprofundados, se pudesse rever, ao nível da nomenclatura escolhida, nos valores do cristianismo, do trabalhismo reformista ou do nacionalismo, por exemplo. Por outro lado, a utilização de termos como «democracia», «progresso», «liberal» ou «popular» procuraria, certamente, distanciar esses partidos de ligações ao Estado Novo e apresentar as novas propostas políticas e partidárias direitistas como adaptadas ao novo contexto

sociopolítico saído da Revolução. De resto, a larga maioria destes partidos recusou assumir-se abertamente como sendo afecta a qualquer família direita.

Contudo, conhecendo os seus dirigentes e activistas, os seus percursos, quer antes, quer após o 25 de Abril e, sobretudo, as ideias que sustentaram ao longo das suas vidas faz com que facilmente se identifique a plasticidade discursiva com que procuraram moldar os programas políticos, os eufemismos que utilizaram para mascarar e suavizar o que eram realmente os objectivos e o corpo doutrinário que, de facto, perfilhavam os militantes destes agrupamentos partidários e as tentativas, mais cínicas e estratégicas do que sinceras, de inserir estes grupos num desejo e esforço colectivos de democratização do país. No fundo, um discurso marcado por um pragmatismo considerável que procurou tornar os partidos atraentes a um eleitorado que, previsivelmente, não queria voltar aos tempos do Estado Novo. Cederam, programática e pragmaticamente e em graus diversos, nas matérias que consideravam mais acessórias para salvaguardarem o essencial — a defesa da presença portuguesa em África e na Ásia e a luta contra o comunismo.

A experiência partidária iria durar pouco devido ao envolvimento da Direita radical na conspiração contra-revolucionária em torno da chamada manifestação da «maioria silenciosa» de 28 de Setembro de 1974 que, como vimos, na Introdução, sairia derrotada. A Direita fora, novamente, derrotada. A sua actuação nos primeiros meses de Democracia e o estado de espírito de que terá sido acometida depois do fracasso do 28 de Setembro fica bem patente nas palavras de Jaime Nogueira Pinto:

*Éramos, nesse Verão de 1974, uns miúdos, no quadro do apocalipse numa terra de brandos costumes: entre Lisboa e Luanda, Coimbra e o Uíge, depois Joanesburgo e Madrid, protagonistas de uma série de episódios e sequências que nos ultrapassavam, em que procurávamos salvar valores e coisas que a mais ninguém interessavam, nem mesmo àqueles que iam ser os seus náufragos e os seus colateral damage, em Angola e Moçambique. E queríamos formar uma resistência da qual também ninguém via a necessidade, nessa ocasião. Entre generais do antigamente, maiores spinolistas, burgueses inquietos, aprendizes de conspiradores, militares politicamente correctos [...] fiz a minha última guerrilha de adolescente, vivi o meu último episódio da tal “cruzada adolescente” contra o mal e uma prova séria de que as ideias tinham consequências. Perdi — perdemos — e crescemos: nada convencidos<sup>5</sup>.*

Na sequência do 28 de Setembro, muitos elementos afectos à Direita radical e ao grupo spinolista foram encarcerados por suspeitas de envolvimento activo na preparação da sublevação. Outros, avisados de antemão, conseguiram sair de suas casas a tempo de não serem detidos e de poderem fugir do país onde, sobre eles, impendiam

---

<sup>5</sup> PINTO, 1996: 4.

mandatos de captura. Nas sedes do Partido Liberal e do Partido do Progresso foram encontrados documentos que atestavam a trama e os que nela estavam envolvidos, assim como material bélico cuja utilização deveria estar prevista para a manifestação da «maioria silenciosa», lançando, desse modo, o caos que permitiria a Spínola decretar o estado de sítio e assumir, pela força, plenos poderes<sup>6</sup>. Um golpe falhado que iria inaugurar o «período de exílio» dos direitistas portugueses.

### 3. NARRATIVAS DE EXÍLIO E TERRORISMO POLÍTICO

A Extrema-Direita, emulando o exemplo e o discurso e procurando encarnar a heroicidade, o prestígio e a aprovação que caracterizavam os militantes antifascistas durante o Estado Novo, criará, em relação a si própria, uma narrativa que a torna vítima, no pós-28 de Setembro e no pós-11 de Março, de perseguição e de censura sistemáticas e brutais e de prisões políticas arbitrárias — no fundo, a tese que pretendem ver aceite é a de que a intolerância revolucionária empurra a Direita para o exílio. Devemos, antes de mais, lembrar que no exílio se encontrava já uma primeira vaga de homens ligados à cúpula do Estado Novo, entre os quais se destacavam Américo Tomás e Marcelo Caetano. Com o desfecho do 28 de Setembro, uma segunda vaga, temendo ser detida, foge de Portugal e dos territórios das ex-colónias, onde actuavam no sentido de impedir as independências. Esta fuga à justiça far-se-á rumo à Espanha franquista, ao Brasil da ditadura militar e à África do Sul do *apartheid* — seriam os países com que, à época, os direitistas mais se identificariam e aqueles que, dadas as afinidades ideológicas, melhor acolhimento lhes poderiam dispensar.

Compreendendo-se os objectivos que pretendiam atingir com a adopção deste tipo de discurso, — e que se inserem numa narrativa mais ampla que os pretende transformar nos únicos que lutaram até ao fim por um Portugal pluricontinental, pelos interesses nacionais e contra o denominado «terror vermelho», assumindo, corajosamente, o preço da fidelidade aos seus ideais através das suas acções, cuja factura se teria traduzido na prisão, no exílio, na perseguição e nas dificuldades económicas — seria, ainda assim, um exercício de fraco rigor equiparar as experiências de «exílio» vividas pelos militantes direitistas e pelos financiadores da contra-revolução com as que enfrentaram os antifascistas. Do mesmo modo, não se podem enquadrar fugas à justiça de um Estado democrático e de direito no que se convencionou classificar como exílio.

Por conseguinte, a insistência na construção de um imaginário associado a uma realidade de prisões políticas arbitrárias, à permanência no cárcere sem culpa formada e sem verem respeitada a sua dignidade, à censura das suas ideias, às agruras do exílio, à perseverança necessária ao empreendimento da reorganização e do funcionamento clandestino da «resistência anticomunista» e à existência de um permanente clima de

---

<sup>6</sup> CARVALHO, 2017: 55-56.

terror, parece servir mais para criar uma contra-imagem à aura heróica reconhecida aos militantes antifascistas, do que uma descrição factual das realidades vividas. Por outro lado, insere-se também na prática discursiva que caracterizou as Direitas iliberais nascidas no século XX: a hipervalorização das lutas por causas perdidas e o romantismo aplicado à camaradagem e aos combates históricos travados contra a revolução, contra os comunistas, contra os liberais ou contra as democracias — no fundo, trata-se daquilo que Franco Ferraresi classificou o «mito do legionário»<sup>7</sup>. Para além, é claro, de acreditarem tratar-se de um eficaz instrumento de propaganda e de captação de aderentes para a sua causa, sobretudo entre aqueles que constituíam o público-alvo da sua mensagem: os antigos combatentes das Guerras Coloniais, os retornados e a juventude. A exteriorização sistemática das dificuldades e do terror vividos, mas também do denodo, da determinação e da hombridade que demonstraram — superando temporariamente as suas divergências em prol da defesa de Portugal — colocava-os na condição de vítimas da Revolução e da Democracia.

Quanto aos homens que se conseguiram evadir do país e escapar ao cárcere, importa salientar a diversidade de situações vividas pelos, assim se consideraram, exilados. São distintos os casos de ex-dirigentes do Estado Novo ou de empresários, suspeitos de envolvimento nas tentativas de subversão contra-revolucionária, que se instalaram no Brasil — onde alguns também detinham interesses económicos, participações em empresas ou uma rede de contactos que lhes permitiria uma rápida inserção sociolaboral —, dos de colonos portugueses que procuraram, pela força, impedir o normal desenvolvimento dos processos independentistas ou a adopção de soluções de tipo rodesiano para as ex-colónias de Angola e de Moçambique e que, depois de derrotados, fugiram para a África do Sul e para o Brasil. Partiam das ex-colónias, muitas vezes, sem quaisquer meios de subsistência e dependentes da solidariedade dos círculos de emigrantes portugueses nesses países. Realidades que eram também díspares das que viveram os que abundaram Portugal e se instalaram, sobretudo, em Madrid, aí formando uma grande comunidade portuguesa — o jornalista Miguel Carvalho apontou que o número de portugueses no Estado espanhol terá «oscilado entre 80 mil e 100 mil entre meados de 1974 e o final de 1975»<sup>8</sup>. Esses portugueses haveriam de transformar a cidade no principal pólo de conspiração contra-revolucionária e no local onde, concomitantemente, nasceriam os grupos terroristas Exército de Libertação de Portugal e Movimento Democrático para a Libertação de Portugal.

Francisco Casal-Ribeiro, antigo deputado da União Nacional e um dos rostos mais proeminentes que encabeçaram a luta dos *ultras* do regime contra Marcelo Caetano, depois de ter sido preso, na sequência da Revolução, conseguiu fugir para o país vizinho

---

<sup>7</sup> FERRARESI, 1996: 36-37.

<sup>8</sup> CARVALHO, 2017: 59.

de onde só voltaria em 1983. Contudo, ao contrário do que vemos em algumas descrições dos percursos e das realidades experienciadas por parte de vários direitoistas, Cazal-Ribeiro não procurou acentuar as dificuldades nem transformar a sua fuga e vida no estrangeiro em acto heróico. Foi o próprio que o assumiu, em *Longos Dias*, que, «sem alma de herói, sem espírito de sacrifício que me tornasse em mártir, *juro*, eu preferia *ficar* em Lisboa, junto aos restos mortais do meu Filho, morto pela Pátria, na defesa da mesma causa, a estar ali em Sevilha, bem instalado, enquanto amigos e correligionários sofriam perseguições e sevícias»<sup>9</sup>. Preferisse ou não trocar as comodidades e a segurança de Sevilha pelo pretenso terror que assolaria Portugal, o facto é que nunca o fez, mesmo considerando que «nem com os Filipes a traição e as perseguições foram tantas, tão absurdas, tão anti-portuguesas»<sup>10</sup>.

Em 1976, Manuel Vinhas viu publicada uma obra sua — sob a forma de diário — em que narrou o seu primeiro ano fora do país, intitulando-a, de modo expressivo, *Profissão Exilado*. A primeira entrada do seu diário do exílio remete para 10 de Dezembro de 1974, encontrando-se o empresário em Madrid. Aí diz ter sido forçado a deixar o país e denuncia as «milícias do Partido Comunista [que] assaltaram nos últimos dias de Setembro» a sua casa do Estoril e que, fortemente armados e com um comportamento violento, terão interrogado os seus filhos «com ameaças, despejando garrafas de vinho, roubando as espingardas de caça»<sup>11</sup>. O motivo das buscas prendia-se com a existência de suspeitas que apontavam Manuel Vinhas como estando envolvido na conspiração do 28 de Setembro, nomeadamente de manter estreita relação com o general António de Spínola e de ser um dos principais financiadores do movimento golpista.

O industrial fora avisado antecipadamente de que poderia impender sobre ele um mandado de captura e conseguiu sair do país, indo instalar-se, primeiro, em Paris e, pouco tempo depois, em Madrid. De acordo com Miguel Carvalho, ainda em Paris, Manuel Vinhas terá participado na reunião em que se decidiu a criação do Exército de Libertação de Portugal. Nesse encontro terão também participado, segundo a mesma fonte, Manuel Bulhosa, igualmente empresário, José João Zoio, ligado à tauromaquia e ao fabrico de armas, e Martins Soares, advogado e militante do Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado (MRPP). Ainda de acordo com o jornalista, a família e os amigos teriam feito chegar ao empresário «dois automóveis *Mercedes*, um *Jaguar* e somas bastantes de dinheiro para se governar»<sup>12</sup>. Posto isto, o clamor de inocência e de não participação em conspirações contra-revolucionárias é posto em causa não só pela antecipação com que foi avisado de que seria alvo de um mandato de captura, pela prontidão com que se conseguiu evadir do país e por, rapidamente, ter instruído

<sup>9</sup> CAZAL-RIBEIRO, 1978: 108.

<sup>10</sup> CAZAL-RIBEIRO, 1978: 111.

<sup>11</sup> VINHAS, 1976: 23.

<sup>12</sup> CARVALHO, 2017: 63.



os seus familiares a proceder à transferência dos seus bens para o exterior, posto que aí haveriam de reorganizar as suas vidas, como também, e essencialmente, por ser associado à criação de um dos movimentos terroristas da Direita radical portuguesa. Por outro lado, e apesar de em *Profissão Exilado* se referir por diversas vezes à redução considerável da sua capacidade financeira, o industrial continuou a poder levar uma vida desafogada fora do país.

Em Janeiro de 1975 o empresário chegou ao Brasil, onde faleceria, em 1977. Justificou, em *Profissão Exilado*, a escolha do país sul-americano da seguinte forma: «as dificuldades financeiras que já referi, o agravamento da situação em Portugal e Angola, trazem-me até ao Brasil onde tenho amigos dedicados e alguns investimentos que podem dar o suficiente para sobreviver»<sup>13</sup>, concluindo que as participações e interesses que detinha em empresas brasileiras lhe permitiriam «viver, ainda que modestamente»<sup>14</sup>. Não seria, isso é certo, um começar do zero, nem uma situação que o obrigasse a deitar a mão a qualquer oportunidade de emprego que lhe assegurasse os meios de sobrevivência. Destarte, e apesar de reconhecer que tal lhe permitiria maior desafogo financeiro, afirmou ter recusado os diversos convites que lhe eram endossados para presidir e para dirigir empresas brasileiras.

Nessa nova fase da sua vida pretendia, declarou, «mais tempo para ler, para escrever, para passear, para meditar»<sup>15</sup> — no fundo, sendo ou não estas declarações proferidas apenas para impressionar os seus leitores — Manuel Vinhas, sentindo-se ultrajado e injustiçado pelo Estado português, a quem entendia ter dado muito em virtude do seu empreendedorismo, e pelos trabalhadores, de quem argumentava ter sido sempre um defensor e um patrão justo, procuraria, no decurso do seu exílio, dedicar-se a actividades que, por vicissitudes da sua actividade empresarial, não tivera ainda ocasião de viver plenamente. O relativo desafogo em que vivia Vinhas é também atestado nas entradas do seu diário: desloca-se frequentemente ao Rio de Janeiro e a São Paulo, assim como à Europa. Entre Abril e Novembro de 1975, por exemplo, desloca-se três vezes à Europa, passando, nomeadamente por Madrid, em Maio, e Paris, em Junho, e depois de ter já estado novamente no Brasil. Em Novembro regressa à Europa, passando por Espanha e pela Alemanha.

Manuel Vinhas narrou também a constante chegada de portugueses ao território brasileiro. Tinham fugido de Portugal e das ex-colónias de Angola e de Moçambique e chegavam, segundo descreveu, «tristes, sem recursos e — coisa impressionante — sem ódios»<sup>16</sup>. Procurando reforçar, numa outra entrada do diário, o carácter não

---

<sup>13</sup> VINHAS, 1976: 26.

<sup>14</sup> VINHAS, 1976: 28.

<sup>15</sup> VINHAS, 1976: 28.

<sup>16</sup> VINHAS, 1976: 120.

rancoroso, quase beatífico, dos exilados e as condições de miséria que muitos portugueses enfrentariam no Brasil, afirmou que eram

*tantos portugueses que perderam tudo em Portugal, em Angola e em Moçambique, e que contam amarguradamente o dinheiro que têm para sobreviver. [...] tantos portugueses que, sendo homens válidos, tiveram de recorrer à caridade, quando em alguns casos tinham sido capazes de juntar com trabalho e sacrifício considerável pecúlio, de que se vêem desapossados pelas irresponsáveis manobras de umas dezenas de fardados aprendizes que se julgam feiticeiros*<sup>17</sup>.

Vinhas via nestes colonos que fugiam de África as principais vítimas da Revolução de Abril. Dirigia as suas maiores esperanças para a resolução pacífica dos conflitos em Angola e para a crescente comunidade portuguesa recém-emigrada no Brasil que poderia, através da observação e da reflexão, demonstrar que, e de acordo com as suas palavras, «a maneira portuguesa é original, respeitável e experiência que, por sua validade, tem direito de futuridade»<sup>18</sup>. Os emigrantes portugueses e o Estado brasileiro poderiam, então, criar e fomentar, o que entendia ser, «o espírito de lusitanidade»<sup>19</sup> e alargá-lo às novas nações africanas. Novamente, é a preocupação com a posição de Portugal no mundo, com a missão histórica e ecuménica do país e as formas possíveis da sua actualização e da sua aplicação na nova conjuntura política nacional e internacional o cerne das preocupações, dos projectos e da esperança da Direita portuguesa.

Joaquim Veríssimo Serrão dedicou-se, em *Marcello Caetano: Confidências no Exílio*, à descrição dos anos passados pelo último Presidente do Conselho de Ministros do Estado Novo no Brasil. Depois de uma curta permanência no Funchal, Américo Tomás e Marcelo Caetano chegaram a São Paulo a 20 de Maio de 1974. A 30 de Maio, já no Rio de Janeiro, Caetano foi convidado para ser professor numa universidade privada brasileira. Marcelo Caetano empenhava-se ainda na redacção de *Depoimento*, com o qual procuraria justificar a sua governação, a sua actuação no 25 de Abril e a sua posição face ao Império Colonial Português.

Contudo, e apesar da amizade e da lealdade que muitos lhe continuariam a manifestar, Veríssimo Serrão descreveu o estado psicológico de Marcelo Caetano como sendo de crescente amargura e tristeza em relação a quantos, tendo-o apoiado durante o seu consulado, o acusavam agora de ser o grande responsável pela queda do regime — Marcelo Caetano estaria deprimido. Como releva o autor, «Marcello Caetano sentia, no fundo, o estado de espírito do homem impotente para defender o bom nome ultrajado ou esquecido, quando muitos dos que tinham essa obrigação moral não erguiam a

<sup>17</sup> VINHAS, 1976: 142.

<sup>18</sup> VINHAS, 1976: 63.

<sup>19</sup> VINHAS, 1976: 63.

voz em sua defesa e, até em muitos casos, lhe assacavam as culpas de não ter evitado a queda do regime»<sup>20</sup>.

Ao contrário de muitos outros exilados, Caetano não terá passado os seus anos no Brasil a congeminar estratégias que lhe permitissem voltar a Portugal e retomar o poder, nem se terá juntado a conspirações contra-revolucionárias — sendo aqui de questionar se não o fez por entender que não valeria a pena ou que não seria a melhor forma de intervir no país ou se esteve ausente dessas conjurações por ser rejeitado pelos que as dirigiam. Dessarte, e dada a imagem com que a Direita ficou da sua governação, Marcelo Caetano dedicou os últimos anos da sua vida a fazer a defesa da sua honra e da validade dos seus actos políticos. Incapaz de granjear compreensão entre os seus adversários e impedido de regressar a Portugal, Marcelo sentiu-se profundamente injustiçado e cada vez mais frágil, quer física quer psicologicamente, acabando por falecer, a 26 de Outubro de 1980, no Rio de Janeiro.

Foi Carlos Tadeu quem, nas páginas de «A Rua», procurou traçar um quadro mais geral daquilo que considerou ser o «êxodo de portugueses para o estrangeiro, e muito especialmente para o Brasil» após a Revolução de Abril e «sobretudo ao longo do terrível pesadelo que foi a longa noite *gonçalvista*»<sup>21</sup>. Considerou, como os demais autores direitistas, que o radicalismo dos governos provisórios chefiados por Vasco Gonçalves produziu uma sangria dos melhores quadros técnicos e dos principais empresários e industriais do país. Admitiu, contudo, que apesar da sua importância económica para Portugal e do prejuízo causado pela fuga de muitos para o Brasil, «estes últimos [...] só muito escassamente chegaram a sentir o mal, a mordedura feroz do exílio»<sup>22</sup>. A maioria, que não pudera ou não tinha o que levar para o Brasil, dispunha apenas, nas palavras de Carlos Tadeu, do «seu desespero e [d]a sua revolta ante o espectáculo que Portugal oferecia ao mundo»<sup>23</sup>.

Ou seja, é o próprio autor que confirma as profundas diferenças sociais e económicas entre aqueles que, abandonando o Império Colonial, escolheram o Brasil para prosseguir as suas vidas. Por outro lado, deve também ter-se em atenção, tal como já identificámos noutros discursos, que a Direita tendeu sempre a empolar a miséria desses migrantes para, desse modo, não só conseguir criar mais impacto junto do seu público-alvo, como também para produzir um mais arrebatador sentimento de comoção geral com a situação das pessoas que teriam sido afectadas pela descolonização.

Realçando a força e a coragem que todos tiveram que demonstrar para suportar e superar as vicissitudes do exílio e as dificuldades económicas experimentadas, Carlos Tadeu destacou, sobretudo, o papel das mulheres dos emigrantes portugueses, afirmando que

---

<sup>20</sup> SERRÃO, 1985: 133.

<sup>21</sup> TADEU, 1978: 6.

<sup>22</sup> TADEU, 1978: 6.

<sup>23</sup> TADEU, 1978: 6.

«será uma das páginas mais belas da história do grande êxodo o comportamento da mulher portuguesa no exílio. Sem lágrimas, sem recriminações, sem lamentos, cada uma delas procurou não ser um peso para o marido»<sup>24</sup>.

Elogiando a tenacidade destas mulheres que se predispuseram a desempenhar qualquer trabalho que pudesse compensar o orçamento familiar, Carlos Tadeu não deixa, subrepticamente, de demonstrar que a elegia feita às mulheres é feita tendo por base uma concepção que as remete para a esfera do lar e da família, sendo em muitos casos degradante para a sua condição e aparência o exercício de determinados ofícios, como, por exemplo, a tapeçaria em que, segundo autor, «os dedos se lhes deformavam, as unhas enegreciam, as mãos perdiam a brancura»<sup>25</sup>.

Gonçalo Mesquitela, antigo dirigente da União Nacional em Moçambique e elemento central da resistência oferecida pelos colonos europeus à descolonização, passou também largos anos no Brasil. A sua primeira série de crónicas publicada no jornal «A Rua» intitulou-se, justamente, *Cartas do Exílio*. Fruto do seu percurso, tende a reflectir, essencialmente, sobre as condições em que viviam os portugueses que, tal como ele, haviam fugido das colónias africanas rumo ao Brasil e a denunciar os crimes e actos lesivos dos interesses nacionais que entendia terem sido cometidos pelos políticos e pelos militares que assumiram as mais elevadas responsabilidades nas negociações tendentes à descolonização.

Por conseguinte, na sua primeira *Cartas do Exílio*, proclamou que se há voz que tinha de ser, então, ouvida pelos políticos portugueses era a dos que, «por amor a Portugal, estamos exilados no estrangeiro, sem podermos participar na génese da nova Pátria que tem de nascer dos escombros da antiga. Nós, os exilados; nós, os retornados (exilados em terra própria); nós os estrangeiros do Portugal novo, temos que ver reconhecido o direito de participar no Portugal Futuro»<sup>26</sup>. No fundo, Gonçalo Mesquitela fez uso de um recurso discursivo comum à Direita nacionalista que, para além de apresentar os «retornados» e os «exilados» como as principais vítimas da Revolução de 25 de Abril de 1974, consiste na defesa de que o regime democrático não os soube nem quis acolher condignamente, não se tendo esforçado para integrá-los e para os colocar em condições de igualdade com a restante população portuguesa, transformando-os, desta forma, em cidadãos de segunda e permitindo que muitos vivessem nas mais graves condições de pobreza e de miséria.

Deste modo, Mesquitela postulou, numa outra *Cartas do Exílio*, que a emigração portuguesa que se seguiu ao 25 de Abril se revestiu de particularidades que a tornaram distinta de todas as outras vagas anteriores. O elemento que a tornava única era, nas palavras do autor, ter sido «alimentada por tantas fontes quantos os territórios

<sup>24</sup> TADEU, 1978: 6.

<sup>25</sup> TADEU, 1978: 6.

<sup>26</sup> MESQUITELA, 1976a: 10.

que constituem a Pátria despedaçada pela “exemplar descolonização”<sup>27</sup>. Quanto aos «exilados» que chegavam da Europa, o autor declarou terem existido quatro vagas sucessivas: a primeira foi composta pelos homens que dirigiram ou que estavam profundamente ligados à chefia do Estado Novo; a segunda, teria sido a dos «refugiados do gonçalvismo; em seguida, os descrentes do “socialismo original”»; e, por fim, a quarta corresponderia ao conjunto de técnicos, empresários, industriais e professores universitários que teriam abandonado Portugal devido à instabilidade, à crise económica ou a outros factores de ordem política<sup>28</sup>.

Apesar de defender que os emigrados vindos de Portugal haviam fugido do caos, da desordem, do «terror gonçalvista», das nacionalizações, das ocupações de terras e de empresas e das prisões arbitrárias, Mesquitela sublinhou que eram os fugidos de África quem carregava os maiores traumas e sofria as maiores angústias.

Estes últimos sentir-se-iam traídos, aviltados e roubados por um país que diziam ter servido da mais nobre forma — colonizando África ou, na sua concepção, desenvolvendo e enriquecendo a ex-colónias. Depois do 25 de Abril, estes homens e estas mulheres teriam sido «acusados por Lisboa de colonizadores, no mau sentido do termo, viram de súbito tudo o que tinham criado em fraternidade racial desfeito intencionalmente pelas manobras fulminantes de partidos e de pessoas da Europa»<sup>29</sup>. Vitimizando os retornados, Gonçalo Mesquitela fez a defesa do papel desempenhado por Portugal nas ex-colónias africanas — vistas ainda como parcelas naturais e inseparáveis do território português —, frisou o pretensado espírito ecuménico, universalista e tolerante dos portugueses que, ao contrário de outros povos colonizadores, teriam vivido em «fraternidade racial» com os autóctones dos territórios ocupados.

Pretensamente rejeitados e humilhados pelo Governo português, esses homens e mulheres vindos de África teriam encontrado no Brasil uma nova

*Terra Prometida, onde é possível ainda ser-se português com dignidade e respeito, ser-se menos estrangeiros do que aqueles que, confiando em sentimentos renegados por Lisboa, ali tentaram acolher-se, enxameando hoje as ruas na triste sina de “retornados”, insultados, desprezados, vivendo em terra própria à custa de esmolas alheias, judeus do neo-nazismo socialista português*<sup>30</sup>.

Assim, os que se «exilaram» no Brasil teriam sido tratados com maior dignidade e respeito, não obstante serem cidadãos estrangeiros, do que aqueles que escolheram voltar ao seu país de origem. A criticada ditadura militar brasileira trataria melhor,

---

<sup>27</sup> MESQUITELA, 1976b: 4.

<sup>28</sup> MESQUITELA, 1976b: 4.

<sup>29</sup> MESQUITELA, 1976b: 4.

<sup>30</sup> MESQUITELA, 1976b: 4.

na narrativa que se pretendeu cristalizar, os «refugiados» da descolonização portuguesa do que a Democracia cuidaria das suas vítimas. Demagógica e populisticamente, procurando acicatar os ânimos contra o regime democrático, Gonçalo Mesquitela compara o regime nazi com aquele que foi construído em Portugal depois da Revolução, tentando fazer equivaler o genocídio de milhões de judeus às dificuldades económicas que uma parte dos «retornados» sofreu durante os primeiros anos no país.

Jaime Nogueira Pinto partiu para Angola, como voluntário, em Julho de 1974 — fê-lo por entender que seria na defesa do Império Colonial Português que se travaria o combate decisivo em prol da sua concepção teleológica da nação portuguesa. Pretendia contribuir para retardar ou, se possível, impedir a independência angolana, garantir que os interesses e os bens dos colonos portugueses permaneceriam defendidos e em suas mãos e dinamizar o que classificou como «os sectores pró-portugueses e anticomunistas». Como? Criando em Angola «uma espécie de OAS [Organisation Armée Secrète] que mobilizasse os colonos, fizesse alianças com os “pretos bons”, neutralizasse os MFAs de lá e fosse um ponto de partida para uma reviravolta na metrópole»<sup>31</sup>. Nascia assim a Frente Revolucionária de Angola (FRA).

Nogueira Pinto descreve os objectivos da FRA como sendo, essencialmente, de «acção psicológica» e de «*agitprop*, criando um mito, uma lenda»<sup>32</sup> que pudesse assustar os independentistas e os homens do Movimento das Forças Armadas. A organização conduziu também operações de tipo paramilitar, até porque, segundo o autor, «importava [...] não estar quieto, tentar coisas contra o apocalipse que se aproximava»<sup>33</sup> e, portanto, todo o tipo de acções, sobretudo as violentas, poderiam contribuir para, por um lado, frustrar os planos dos movimentos independentistas e, por outro, fazer uma demonstração de força face aos Governos provisórios da metrópole cuja inclinação era, manifestamente, no sentido da descolonização definitiva dos territórios africanos ainda sob domínio português.

O 28 de Setembro apanhou Nogueira Pinto na província angolana de Uíge, onde desenvolvia as actividades subversivas — ou de defesa do Portugal pluricontinental, de acordo com o seu entendimento. Segundo narrou, pôs-se de imediato em fuga em direcção à África do Sul. Iniciava-se, assim, um êxodo que o haveria de conduzir a Pretória, Joanesburgo, Rio de Janeiro, Madrid e Badajoz<sup>34</sup>. Foram, segundo relata o autor, «as noites dos grandes planos para a Guerra, das esperanças frustradas, dos contactos, da expectativa numa grande Aventura redentora»<sup>35</sup>.

Trinta e oito anos depois, em *Jogos Africanos*, Nogueira Pinto fez uma descrição menos romântica dos meses passados na África do Sul. Nesta obra, o autor relata a

---

<sup>31</sup> PINTO, 2011: 21.

<sup>32</sup> PINTO, 2011: 27.

<sup>33</sup> PINTO, 2011: 27.

<sup>34</sup> PINTO, 1980: 8.

<sup>35</sup> PINTO, 1980: 8.

«rotina calma e segura» que teve em Joanesburgo. Aí conseguiu arranjar emprego como tradutor, o que lhe permitia, segundo afirmou, «viver: pagávamos o hotel à cabeça e ficávamos com dinheiro à conta para a lavandaria, para cigarros e para trocar livros de *poche* num alfarrabista»<sup>36</sup>. Para além do trabalho, das leituras e dos passeios nos parques com o filho, Jaime e Maria José Nogueira Pinto foram ainda «participando na vida dos exilados políticos, tentando fazer qualquer coisa»<sup>37</sup> e, desse modo, mantendo vivos os laços de solidariedade e de camaradagem entre os nacionalistas e contra-revolucionários portugueses que se encontravam na África do Sul.

Em nenhum dos vários textos consultados, Jaime Nogueira Pinto descreveu o ano passado no Rio de Janeiro, as razões que o levaram a partir para o Brasil com a família ou aquelas que os fizeram regressar à Europa. Com rigor e através de fontes escritas, sabe-se apenas que em Junho de 1976 partiu para Madrid. Na capital do Estado espanhol o autor participou, segundo afirmou, «na fase final dos movimentos anticomunistas, ELP e MDLP»<sup>38</sup>. Ficaria em Madrid até 1978, participando, desde 1976, activamente na imprensa direitista, nomeadamente no semanário «A Rua» e aguardando, serenamente, que a situação política em Portugal se clarificasse e estabilizasse para que, então, pudesse regressar definitivamente ao país.

Em virtude das consequências políticas do 25 de Novembro de 1975 e do encerramento, pelo menos no plano governamental, do ciclo revolucionário, muitos dos «exilados» políticos da Direita radical foram, progressivamente, regressando a Portugal a partir de 1976, sendo uns paulatinamente reintegrados na vida pública e outros ressarcidos ou indemnizados pelas nacionalizações e pelas colectivizações agrícolas. Reverteram-se os saneamentos de 1974 e 1975, o mesmo destino coube à banca, às empresas e às terras nacionalizadas — encerrava-se o período revolucionário com o Partido Socialista a liderar o processo de reintegração dos ex-governantes do Estado Novo, de ex-pides e legionários, de empresários e de banqueiros que se haviam evadido e que tinham transferido, ilegalmente, para fora do país elevadas somas de divisas, dos militares colonialistas e dos que orquestraram os golpes contra-revolucionários juntamente com o general António de Spínola, dos financiadores, dos ideólogos, dos cabecilhas e dos operacionais dos movimentos bombistas — todos voltavam e, quando julgados em tribunal, absolvidos ou condenados a penas menores.

Jaime Nogueira Pinto declarou que também lhe foi oferecida uma reintegração rápida e que consistiria em entrar no país, apresentar-se ao serviço nas Forças Armadas, cumprir umas semanas de serviço e ser passado «pacificamente à disponibilidade»<sup>39</sup>, readquirindo todos os direitos cívicos e resolvendo todas as questões pendentes com

<sup>36</sup> PINTO, 2011: 41.

<sup>37</sup> PINTO, 2011: 41.

<sup>38</sup> PINTO, 2011: 80.

<sup>39</sup> PINTO, 2011: 80.

a justiça portuguesa. O autor, contudo, não quis alinhar no que qualificou como sendo uma «fantochada»<sup>40</sup> e insistiu que queria ser levado a julgamento — com efeito, seria julgado e absolvido de todos os crimes de que era acusado em 1981.

Ao contrário de parte significativa do corpo de oficiais que compunha o círculo de António de Spínola, Alpoim Calvão não fugiu para o Brasil depois do 11 de Março. Instalou-se em Madrid, centro das actividades conspirativas e onde se encontravam os operacionais dos movimentos terroristas. Aí procurou «reunir elementos que, no país, se encontravam exilados»<sup>41</sup> — o objectivo era o de montar um grupo clandestino de acção anticomunista e contra-revolucionária que pudesse agir em Portugal dirigido a partir do exterior. Dois meses bastaram para reunir as condições materiais e financeiras, os apoios e os homens necessários para fundar o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal que, durante cerca de um ano, perpetrou ataques terroristas em solo português contra os partidos revolucionários, sobretudo contra as sedes locais do Partido Comunista Português, e contra a Intersindical. Além do aspecto operacional, em que só estavam envolvidos os elementos que se encontravam em Espanha, Alpoim Calvão realçou ainda as consideráveis diferenças económicas entre os que viviam em Madrid e os que estavam no Brasil: «enquanto o grupo de oficiais no Brasil dispunha de generosas condições de vida proporcionadas por alguns brasileiros [...], a nossa situação em território espanhol era completamente diversa: não havia dinheiro, nem meios materiais»<sup>42</sup>.

Em Maio de 1975 chegaram a Madrid, prontos a colaborar com o Movimento Democrático para a Libertação de Portugal, vários membros da direita radical que haviam estado ligados ao Movimento Federalista Português-Partido do Progresso, nomeadamente, de acordo com Alpoim Calvão, José Miguel Júdice, José Valle de Figueiredo, António Marques Bessa e Manuel Queirós Pereira<sup>43</sup>. Como relatou Francisco Van Úden, outro grupo de exilados em Madrid dava corpo ao Exército de Libertação de Portugal<sup>44</sup>.

Por conseguinte, foi do seio da comunidade dos «exilados» políticos da Revolução de Abril que nasceram os dois grupos terroristas que incendiaram e destruíram edifícios por todo o país e que cometeram atentados bombistas e assassinaram militantes de esquerda. A disponibilidade de recursos financeiros e humanos que estas operações clandestinas demonstram, os apoios de que certamente foram alvo, inclusive de personalidades ligadas à governação do país e à sua cúpula militar, e o amparo que lhes foi oferecido pelo regime franquista, colidem com a ideia que, como vimos expondo, a Direita procurou veicular acerca do «exílio» político no pós-25 de Abril.

---

<sup>40</sup> PINTO, 2011: 80.

<sup>41</sup> CALVÃO, 1976: 45.

<sup>42</sup> CALVÃO, 1976: 45.

<sup>43</sup> BERNARDO, 2004: 356.

<sup>44</sup> BERNARDO, 2004: 397-403.



## NOTAS CONCLUSIVAS

Na curta exposição apresentada, cremos ter deixado claro que sob o rótulo do «exílio» foram colocados indivíduos e grupos de origem muito diversa, cujos motivos para não estarem em Portugal eram muito diferentes e cujas ambições políticas eram, objectivamente, díspares. De facto, não se podem comparar os ex-colonos de África que partiram para a África do Sul ou para o Brasil à procura de recuperar ou de melhorar as condições de vida que tinham nas antigas colónias, com a dos militares, políticos, intelectuais e empresários que em Madrid, com o apoio activo do regime franquista, se empenharam profundamente na conspiração contra-revolucionária e subversiva, que criaram movimentos terroristas e que delinearão estratégias várias de intervenção na vida política portuguesa.

Por conseguinte, cremos ter conseguido justificar as reservas colocadas quanto à aceitação da condição de exilados à larga maioria dos que com ela se procurou cobrir. Por outro lado, e embora os direitistas tenham procurado operar essa similitude entre foragidos à justiça e ex-colonos que se viram forçados a abandonar África, a verdade é que estamos perante grupos e percursos perfeitamente distintos e que, não obstante poderem coincidir na defesa do Império Colonial, nenhum dos dois se insere na noção comum de exílio.

Soma-se à adulteração terminológica para efeitos de propaganda e de conquista de apoios junto da sociedade portuguesa, nos textos mais recentes, um esforço de reescrita da história do período revolucionário, a denúncia do «terror vermelho» ou «gonçalvista», das prisões arbitrárias, das fugas para o estrangeiro sem meios de subsistência e a descrição da miséria vivida por muitos dos «exilados» quando, na verdade, a Direita radical, com o patrocínio de banqueiros, de empresários, de industriais, da alta hierarquia da Igreja, dos serviços secretos de vários países e até com ligações a partidos legais, criava e organizava dois movimentos terroristas que puseram Portugal em clima de guerra civil larvar no Verão de 1975.

Pelo que, na nossa reflexão, nem a condição de exilados nem a de vítimas da Revolução se pode aplicar aos direitistas portugueses, sendo os testemunhos apresentados nesse sentido, e não pondo em causa que pudessem sentir-se injustamente perseguidos e obrigados ao silêncio ou à fuga, interpretados, sobretudo, como parte de uma manobra de vitimização política e ideológica mais ampla.

Defensores de que o país fora traído a 25 de Abril de 1974, que as condições materiais e imateriais da existência independente de Portugal foram destruídas com o processo de descolonização, que o biénio revolucionário de 1974-1975 produziu mais arbitrariedades e mortes do que a ditadura estadonovista, de que se instaurara, a nível educacional e cultural, uma ditadura intelectual marxista e de que a Democracia estava a destruir, pela sua inerente fraqueza, ineficácia e corrupção o pouco que restava ainda do país, os direitistas procuraram, isso sim, através deste e de outros recursos narrativos,

fazer corresponder a sua sorte à de Portugal. Se os únicos que efectivamente o defendiam, estando disponíveis, inclusive, para sacrificar as suas próprias vidas foram derrotados, irremediavelmente o país também o fora.

Por fim, seria impossível realizar uma obra de restauração ou de refundação nacional sem, por um lado, recusar todo o legado político, social, económico e cultural revolucionário e, por outro, sem voltar a alancorar ao poder os nacionalistas. Pelo que, e procurando criar o mesmo impacto que haviam conseguido os antifascistas com as suas narrativas de censura, de perseguição, de prisões arbitrarias, de tortura, de exílio e até de assassinato às mãos do Estado Novo, a Direita radical emulou o discurso e os termos buscando a sua reabilitação política.

## BIBLIOGRAFIA E FONTES

- BERNARDO, Manuel Amaro (2004) — *Memórias da Revolução (1974-1975)*. Lisboa: Prefácio.
- CALVÃO, Alpoim (1976) — *De Conacry ao MDLP*. Lisboa: Editorial Intervenção.
- CARVALHO, Miguel (2017) — *Quando Portugal Ardeu. Histórias e segredos da violência política no pós-25 de Abril*. Lisboa: Oficina do Livro.
- CAZAL-RIBEIRO, Francisco (1978) — *Longos Dias*. Queluz: Literal.
- CERQUEIRA, Armando (2015) — *Revolução e Contra-Revolução em Portugal (1974-1975)*. Lisboa: Parsifal.
- CHILCOTE, Ronald H. (2014) — *A Revolução Portuguesa: Estado e Classes Sociais na Transição para a Democracia*. Porto: Edições Afrontamento.
- FERRARESI, Franco (1996) — *Threats to Democracy: The Radical Right in Italy After the War*. Nova Jérсия: Princeton University Press.
- MADEIRA, Bruno (2019) — «Homens em ruínas»? *Ideias, narrativas, mundividências e representações das Direitas radicais portuguesas (1974-1985)*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tese de Doutoramento.
- MAILER, Phil (2018) — *Portugal: A Revolução Impossível?* Lisboa: Antígona.
- MARCHI, Riccardo (2017) — *A direita nunca existiu: as direitas extraparlamentares na institucionalização da democracia portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- MESQUITELA, Gonçalo (1976a) — *Carta do Exílio*. «A Rua», n.º 13 (1 Jul. 1976), p. 10.
- (1976b) — *Carta do Exílio (V): o de profundis clamavi dos emigrados*. «A Rua», n.º 27 (7 Out. 1976), p. 4.
- PALACIOS CEREZALES, Diego (2003) — *O Poder Caiu na Rua: crise de Estado e acções colectivas na Revolução Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- PINTO, Jaime Nogueira (1980) — *Noite de Outubro*. «O Diabo», n.º 198 (14 Out. 1980), p. 8.
- (1996) — *Alegações em Causa Própria*. Lisboa: [Edição de Autor].
- (2011) — *Jogos Africanos*. 4.ª ed. Lisboa: A Esfera dos Livros.
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo (1985) — *Marcello Caetano: Confidências no Exílio*. 6.ª ed. Lisboa: Editorial Verbo.
- TADEU, Carlos (1978) — *Felizmente limpos*. «A Rua», n.º 86 (2 Fev. 1978), p. 6.
- VARELA, Raquel (2014) — *História do Povo na Revolução Portuguesa, 1974-75*. Lisboa: Bertrand Editora.
- VINHAS, Manuel (1976) — *Profissão Exilado*. Lisboa: Editora Meridiano.